

CUIABANOS “DESCUIABANIZADOS”: CIDADE, MEMÓRIA E MODERNIDADE

Raphaela Rezzieri*

Cuiabá “descuiabanizada”

[...] Pouco ficou deste pó
de que teu branco sapato
se cobriu. Ficaram poucas
roupas, poucos véus rotos
pouco, pouco, muito pouco [...]
Pois de tudo fica um pouco.
Fica um pouco de teu queixo
no queixo de tua filha.
De teu áspero silêncio
um pouco ficou, um pouco
nos muros zangados,
nas folhas, mudas, que sobem.
[...] Se de tudo fica um pouco,
mas por que não ficaria
um pouco de mim? no trem
que leva ao norte, no barco,
nos anúncios de jornal,
um pouco de mim em Londres,
um pouco de mim algures?
na consoante?
no poço?
[...] E de tudo fica um pouco.
Oh abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.

Carlos Drummond de Andrade, *Resíduos*.

Como descreve Carlos Drummond de Andrade, a vida humana deixa resíduos de sua passagem pelo tempo. Cada sociedade, cada indivíduo deixa um pouco de si e leva um pouco de poucos.

O século XX experimentou uma insistência em se “guardar” memórias. Eric Hobsbawm, em sua obra *Era dos extremos*, nos apresenta a catástrofe e violência que pôs em assalto o século XX, fazendo do temor presença constante no cotidiano das pessoas. Segundo o autor (2005, p. 13), a destruição do passado - ou como o autor pontua - dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é característico do final do século XX. Os jovens crescem num presente contínuo, sem vínculos significativos com o passado. O mundo moderno marcado pela guerra, pela globalização, pela aceleração das comunicações e dos transportes, possibilitou que os padrões de relações sociais fossem

* Graduada em História/UFMT e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/UFMT. Bolsita CAPES. E-mail: phaelarezzi@hotmail.com

dissolvidos, e conseqüentemente, levaram a fragilização das relações entre o passado e o presente (Hobsbawm, 2005, p. 24).

Contudo, passada a Grande Guerra e já nas décadas de 1960, após os processos de descolonização da África e da Ásia, o discurso da memória e da “retomada” das tradições passaram a ganhar força, conforme aponta Andreas Huyssen (2004, p. 10), atingindo a Europa e os Estados Unidos nas décadas de 1980. Huyssen (2004, p. 10-14), ao tratar da memória do Holocausto, nos fornece pistas de como certas narrativas podem construir uma falsa memória.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, de maneira belíssima, apresenta-nos a desintegração dos sólidos, apontando que os primeiros sinais do esfacelamento do mundo moderno, revelaram-se justamente nas práticas consideradas tradicionais. O “derretimento” dos sólidos representou o gradual desprendimento dos antigos laços marcadamente culturais. As relações coletivas tornam-se liquefeitas, maleáveis e dessa maneira, amorfas.

Essas constantes transformações das relações sociais resultaram no esvaziamento de sentido das práticas sociais e culturais.

Contudo, reportando-me a Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, objeto ao qual me debruço, é importante tecer algumas considerações para então, compreender o processo de desfiguração e reconstrução da memória cuiabana.

Uma breve contextualização

[...] e ainda ressoa-nos aos ouvidos com acentos nostálgicos de um passado aparentemente tão distante, mas que, em rememorando a sua presença, parece-nos tão próximo [...]

Corsíndio Monteiro da Silva

Cuiabá ingressou no século XX com o estigma de cidade isolada e atrasada. A cidade “provinciana” era recusada por remeter a imagem da colônia, e dessa maneira o discurso do moderno proferido pelos governantes seduzia a população. O desejo em abandonar símbolos de um passado colonial estimulava o projeto de modernização de Cuiabá. Tal recusa era traduzida como esperança de que o isolamento da cidade seria vencido e a lançaria rumo a um futuro próspero.

Nesse período, em especial a partir das décadas de 1940 com a aceleração do projeto “Marcha para o Oeste”, durante o Estado Novo e sob a Interventoria de Júlio Müller, assistiu-se a construção de prédios e sobrados modernos em estilo *Art Nouveau*, sendo estes, os primeiros sintomas concretos da modernidade em Cuiabá.

Contudo, foram nas décadas de 1970 a 1980, no intuito de internacionalizar a economia brasileira, que a política adotada pelo governo militar de ocupação da região Norte e Centro-Oeste atraíram grande fluxo de pessoas, transformando a região em área de colonização e exploração agrícola. Cuiabá, em função de sua posição geográfica, tornou-se rota obrigatória, devendo estar apta para direcionar e oferecer o suporte necessário para o processo de ocupação. Modernizar-se era preciso para atender o projeto militar e em contra partida, garantir sua inserção na economia nacional e visibilidade à cidade.

No entanto, o ideal de modernização não estimava apenas a transformação urbana de Cuiabá, mas também, o abandono de práticas sociais e culturais que acenavam para origem indígena e negra de sua população.

Nota-se, entretanto, que foram durante os anos de 1970 que ocorreram as principais, e mais contundentes modificações no centro de Cuiabá em decorrência do crescimento populacional e da expansão urbana. A fisionomia da cidade foi transformada e descaracterizada, afetando também as relações de convivência da população local (ROMANCINI, 2005, p. 16).

A cidade tornou-se um entreposto de migrantes. O desejado progresso não viera só. Trouxera consigo não apenas o sonho de uma Cuiabá grande e moderna. Suas consequências foram sentidas com o aumento da violência, surgimento de favelas, especulação imobiliária, precariedade nos serviços básicos prestados pelo Estado, subempregos, entre outros.

A “nova” Cuiabá, absorvida pelo crescimento rápido e pelo encontro de diversas populações, viu-se perdida em meio ao caos. Nesse ínterim, o discurso passa a ser outro, e solicitava o respeito aos valores tradicionais de outrora.

Como tudo parecia fora do lugar, desfigurado, fica claro que, de um modo geral, a sensação de estar perdido no tempo e no espaço afetava não apenas uma coletividade, mas também toda uma classe social que se via em crise pelo medo de não conseguir manter mais os privilégios e lugares sociais conquistados, de ter a memória estilhaçada e a vida prestes a ruir, sentido que tudo que construía um dia estava acabando-se, esvaindo-se, fugindo do controle (GUIMARÃES, 2007, p. 31).

Sentindo-se ameaçados com a presença de “gentes” tão diferentes, com modos e hábitos distintos, a elite intelectual de Cuiabá passa a se organizar em prol da preservação dos bens culturais da cidade, difundindo-os como elementos essenciais para o desenvolvimento urbano.

É possível verificar que no início de 1970 as transformações na cidade eram enobrecidas e comemoradas, porém, nos anos 1980 e principalmente a partir de 1990, a população contestava o abandono do centro da cidade e de seu patrimônio.

Observamos que nos anos 1990, projetos de revitalização foram executados com o propósito de valorizar o patrimônio material, bem como as práticas culturais, reconhecendo-as como referências da identidade cuiabana.

É necessário, portanto, compreender como a sociedade cuiabana passa a se relacionar com sua memória e patrimônio depois de um processo de destruição e abandono de seus símbolos.

(Re)significando símbolos

O progresso vem, eu gosto do progresso, tem que progredir, vai vindo, aumentando gente. Mas não tem jeito, o progresso prejudica tanto nós... Se pelo menos nossa tradição não tivesse sumido... As pessoas estão vindo de fora e querendo tentar modificar e nós aqui, covardes, aceitamos... Se eu ou outro revolta com essas coisas, não tem ninguém que apoia a gente e só ajuda a acabar mais ainda... As pessoas deixam acontecer isso por comodismo ou eles têm medo de intrometer, de ficar ridículo... É mania de cuiabano... O povo diz que cuiabano é descansado e é mesmo, é tudo assim... aqui é como coração de mãe, aquelas bem besta mesmo (N.B.M. 67 anos, costureira).

O sentimento de desrespeito com os símbolos do passado são latentes. A modificação dos costumes e nas maneiras de se relacionar socialmente são evidenciadas nas narrativas dos moradores locais, diante da “invasão” dos migrantes. Nota-se que o problema vai além do desrespeito, é o sentimento da perda, daquilo que existia e não existe mais.

Para compreender esse processo, lançamos mão do conceito de “lugares de memória” proposto por Pierre Nora. A aceleração do tempo e a impotência do homem diante de seu decorrer, a fragmentação do indivíduo moderno, a “liquidez” das relações desdobraram-se na criação de “espaços de memória”. Lugares ritualizados, sagrados, capazes de decifrar o que somos, “à luz do que não somos mais” (NORA, 1993, p. 20).

Em 1975, durante o Governo de José Garcia Neto, foi criada a Fundação Cultural, através do Decreto Estadual n. 126 do mesmo ano, que tinha como missão preservar e difundir o patrimônio cultural de Mato Grosso. A Fundação Cultural foi instalada no antigo “Palácio da Instrução”, onde passou a funcionar como sede administrativa, Biblioteca Pública do Estado e “Atelier Livre”, onde aconteciam oficinas de artes plásticas.

Dentro de seu plano de ações, fundou o “Museu Histórico de Mato Grosso”, “Museu de Arte Sacra” e o “Museu de História Natural e Antropologia”, além de organizar uma Pinacoteca com os trabalhos dos artistas matogrossenses. Uma das providências considerada mais importante de sua atuação, foi a elaboração da legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual, Lei n. 3.774, de 20 de setembro de 1976, com base na qual

foram tombados o Seminário da Conceição, Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho e o “Chafariz do Mundéo”, entre outros (PÓVOAS, 1982, p. 219).

Verifica-se que, a partir do ano de 1976, quando a entidade efetivamente começou a trabalhar, diversos “espaços de memória” foram estabelecidos. Segundo Nora, (1993, p. 15) na “medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos”. Quanto menos vivida, mais os suportes se tornam indispensáveis.

A ritualização da memória, nesse caso, podemos pensar a institucionalização da memória, tem como princípio a identificação dos indivíduos com sua herança ou patrimônio, numa relação clara de constituição de identidades. Como pontua Nora, (1993, p. 18) “ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade”.

Contudo, esse “salvamento” do patrimônio resvala numa outra questão. Que identidade é essa que se quer preservar? De quem é essa memória resguardada do esquecimento?

Segundo Maria Cecília Fonseca, preservar a cultura é uma demonstração de poder, uma vez que

são os poderosos que não só conseguem preservar marcas de sua identidade, como muitas vezes, chegam a se apropriar de referências de outros grupos, ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrerem simplesmente à destruição dos vestígios da cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma identidade nacional (FONSECA, 2001, p. 114).

Em Cuiabá observamos que a elite política, intelectual e econômica, apropriou-se do discurso relativo a preservação do patrimônio e passou a recriar práticas culturais que não lhes pertenciam, difundindo-as como comuns a toda sociedade cuiabana. Podemos compreender essa “adaptação” como mecanismos que visavam fortalecer uma consciência coletiva, reforçando uma “identidade única”.

Num primeiro momento, a preocupação da preservação estava associada aos bens materiais e, posteriormente, em função das políticas propostas, o olhar direciona-se para as manifestações populares.

Nos anos de 1980, a fundação Cultural e o Departamento de Cultura, órgão municipal, foram absorvidos pelo discurso do direito às raízes e à identidade e ingressaram numa jornada de conscientização acerca da cultura cuiabana. Temas do cotidiano, do trabalho, da religião e do “jeito cuiabano de ser” passaram a ocupar painéis, ônibus, fachadas e o

imaginário da população. Produto de uma nova “sensibilidade” que valorizava suas raízes e sua identidade e atendia o caráter da política moderna (GUIMARÃES, 2007, p. 137-138).

Para Fonseca (2001, p. 115), a partir dos anos 1970, a questão da preservação em âmbito nacional, deslocou-se do plano meramente técnico para o campo da negociação política.

Aloísio Magalhães, secretário geral do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), empossado de 1982, observava que as políticas culturais dos anos 1950 e 1960 haviam provocado uma “homogeneização” da cultura. A proposta do CNRC visava encontrar uma resposta para esse processo, buscando na cultura “viva” as raízes da identidade nacional, diferente das orientações do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que localizava no patrimônio “morto”, de um passado distante, referências identitárias.

O discurso dos novos administradores da cultura aspirava a devolução do patrimônio aos sujeitos, representantes da identidade que se quer preservada, uma vez que os bens culturais não possuem valor in se, ou intrínseco. “O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados” (FONSECA, 2001, p. 112).

À sombra da política nacional de cultura, que pretendia tornar rentável a produção popular, o Estado e os municípios, através das instituições responsáveis pela preservação e difusão do patrimônio, deveriam conceber formas para garantir a sobrevivência da população pobre através de seus “saberes” e “fazeres”. Dessa maneira, entendia-se colocar em situação privilegiada as práticas consideradas tradicionais, inserindo-as numa lógica de mercado.

Francisco Régis Ramos (2010, p. 401-402) solicita uma análise peculiar das “maneiras como as políticas públicas partem em defesa do patrimônio”. Segundo ele, as lutas de classe, por meio da memória e com frequência, com forte apelo sentimental, tem auxiliado sobremaneira a sociedade de consumo, do que propriamente cumprido um papel de transformação nas relações de dominação cultural. Dessa maneira, o “direito à memória” acaba por acirrar os preconceitos acerca da diversidade cultural e corre o risco de converter-se em um mero “objeto de museu”.

Em sua leitura, “a memória assume o tom bélico de autoafirmação e, ao mesmo tempo, de negação autoritária de tudo o que compromete aquilo que afirma” (RAMOS, 2010, p. 403). Pensando ainda na perspectiva do autor, a memória tornou-se ponto de pauta, instrumento utilizado com frequência para “resgatar o patrimônio do povo excluído” (RAMOS, 2010, p. 406). Entretanto, a valorização da memória e do patrimônio da população, antes silenciada, é válida para promover a defesa da diversidade cultural.

Quando pensamos em “diferenças culturais” no contexto discutido, trazemos para o debate as divergências entre a cultura dos migrantes recém-chegados e da elite cuiabana, que construiu sua história pautada nas narrativas do “herói” bandeirante, submetendo sob seu julgo, a “pequena” história dos negros, índios, mamelucos, mulatos, caboclos, crioulos, enfim... A chamada história das minorias. História essa que passou a ser reivindicada e escrita pela intelectualidade dos anos 1980.

Os (res)sentimentos

A derrubada da catedral é uma das coisas que mais me marcaram e, mesmo hoje, a gente sente muito a modificação dos bairros, a demolição, o abandono em que se encontram muitos prédios. Apenas acredito que seria possível o progresso conviver com o antigo. Se Ouro Preto pode, por que nós não (M.M. 58 anos, aposentada).²

O almejado progresso permitiu que cuiabanos admitissem as demolições e ignorassem seu passado. Dessa maneira, em 1968 ocorreu a derrubada da igreja matriz do Senhor Bom Jesus. Episódio que marcou o início do processo de transformação urbana de Cuiabá. O argumento utilizado para justificar tal ato, foi de que a Igreja estava condenada, prestes a ruir. De acordo com Leilla Lacerda (2003, p. 175), “a demolição já estava decretada, pela Igreja e pela intelectualidade”.

Além da demolição da matriz, no decorrer de 1970, o fluxo de migrantes que chegavam e ocupavam a cidade crescia expressivamente. A população de Cuiabá passou de 100 mil habitantes para 400 mil em 1991 (VOLPATO, 2000, p. 15), desdobrando-se em inúmeros prejuízos sociais e também provocando o acirramento das tensões culturais. O derradeiro golpe³ sobre a população foi a divisão do Estado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 1977, efetivado em 1979.

Essas alterações em um curto espaço de tempo marcaram sobremaneira a população cuiabana. Seus referencias haviam sido destruídos. Sentiam-se lesados. O governo amparado pelas novas políticas culturais, com o intuito de “reavivar” o ânimo da população, volta-se para a valorização da cultura popular. Era preciso reencontrar-se entre os escombros, descobrir-se do pó diante das ruínas do passado.

Pierre Ansart ao discutir memória e ressentimento nos fornece conceitos que permitem analisar o processo de valorização da cultura popular cuiabana. Segundo o autor (2001, p. 21), com base nos escritos de “A genealogia da moral” de Nietzsche, os ressentimentos podem redefinir a concepção de bom ou mal. Nesse sentido, a população cuiabana, sentindo-se ferida em sua identidade, observa o progresso como malévolo, enquanto

eles seriam os bons. Os representantes legítimos da “cuiabania”. Esse (res)sentimento compartilhado pela comunidade, geram laços de cumplicidade e solidariedade entre o grupo e suas expressões ou manifestações são “explosões de sentimento” e acabam reforçando os elos de respeito e pertença.

O ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo (ANSART, 2001, p. 22).

No entanto, o resultado das ações do governo com a construção de diversos “espaços de memória”, que objetivavam apaziguar o sentimento de perda, provocaram modificações nas relações entre os indivíduos e os valores outrora atribuídos às práticas populares, esvaziando-as de significado simbólico, tornando-as um mecanismo de subsistência.

A proposta de valorizar as práticas populares, expressas de maneira especial, através do artesanato, da gastronomia e das festividades, lançando-as ao mercado da cultura, ao contrário do que se pretendia, possibilitaram a fragilização dos laços identitários, fazendo emergir um sentimento ambíguo de pertencimento e desprendimento.

Os objetos musealizados nos “lugares de memória” saíram do campo do usual, do cotidiano e foram ritualizados. Como pontua Nora (1993, p. 8), se habitássemos a memória não seria necessário consagra-lhes espaços. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (1993, p. 12).

Considerações finais

Na segunda metade do século XX, Cuiabá perdeu grande parcela de seu patrimônio. O desejo do progresso desencadeou a recusa do passado e, aspirando um futuro próspero, as transformações do espaço urbano foram justificadas. Nesse cenário, apetevidos pela modernização, os símbolos da “provinciana” cidade foram destruídos.

A partir da década de 1970, motivados pelas novas políticas culturais, a elite intelectual de Cuiabá passou a estimular o desenvolvimento de uma consciência preservacionista, dos bens e dos valores cuiabanos, considerados então, ameaçados. O movimento em prol da preservação pode ser apreendido como uma ferramenta para reafirmar, e também ressignificar as práticas culturais, bem como a identidade cuiabana.

Constata-se que, diferente do esperado, a destruição dos símbolos provocou o “reavivamento”, ou o despertar para a defesa do passado, então negado pela modernidade.

O percurso trilhado para a valorização e construção da identidade cuiabana, tinha como norte a retomada da hegemonia do espaço espoliado pela modernização e pelo migrante. Um mecanismo para legitimar-se, fortalecer-se. Um instrumento que, sem sombra de dúvida, fora manipulado por relações de poder.

Referências Bibliográficas

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2001, p. 15-34.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas sociais - acompanhamento e análise [IPEA]**, n. 02, p. 111-120, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_02/referencia.pdf>. Acesso em 01 jul. 2012.
- GUIMARÃES, Suzana. **Arte na Rua: o imperativo da natureza**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- HOBBSBAWN, Eric. O século: vista aérea. In: **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 11-26.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LACERDA, Leilla Borges. Edificação, transformações e demolição da catedral do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. In: JESUS, Nauk Maria. ROSA, Carlos Alberto. **Terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 169-185.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.
- PÓVOAS, Lenine de Campos. **História da cultura matogrossense**. Cuiabá: Resenha Tributária, 1982.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol. 30, n. 82, pp. 397-411, set/dez, 2010.
- ROMANCINI, Sônia Regina. **Cuiabá: paisagens e espaços de memória**. Cuiabá: Cathedral, 2005.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cuiabá-Cuiabanos: uma leitura subjetiva da migração**. Cuiabá: EdUNIC, 2000.

Notas

¹ Trecho da entrevista realizada pelas alunas do curso de Psicologia da Universidade de Cuiabá, sob a orientação da Professora Luiza Rios Ricci Volpato, no ano de 1997 e publicadas em VOLPATO, Luiza R. R. **Cuiabá-Cuiabanos**: uma leitura subjetiva da migração. Cuiabá: EdUnic, 2000, p. 30-31.

² Idem, p. 34.

³ O “golpe” ao qual nos referimos corresponde ao último dos três principais fatores que contribuíram para a reorganização da população diante das transformações na cidade de Cuiabá, sendo eles respectivamente: a chegada dos migrantes, a transformação do espaço urbano da cidade, e finalmente, a divisão do estado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.